



*MINISTÉRIO PÚBLICO
do Estado do Paraná*



DIREITO, GESTÃO & DEMOCRACIA

ESTUDOS EM HOMENAGEM AO MINISTRO FELIX FISCHER

2022 | Curitiba





Nossos Contatos

Rio de Janeiro
Avenida das Américas, 3443, 2º andar
- Bloco 3B, Sala 202 - Barra da Tijuca,
Rio de Janeiro - RJ - Cep.: 22631-003
Acesse: editoraclassica.com.br

Redes Sociais
facebook.com/EditoraClassica
twitter.com/EditoraClassica

EDITORA CLÁSSICA

Conselho Editorial

Adriane Garcel
Alessandra Neves Ferreira
Alexandre Walmott Borges
Daniel Ferreira
Elizabeth Accioly
Everton Gonçalves
Fernando Knoerr
Francisco Cardozo de Oliveira
Francisval Mendes
Ilton Garcia da Costa
Ivan Motta
Ivo Dantas
José Edmilson de Souza-Lima
Jonathan Barros Vita
Juliana Cristina Busnardo de Araujo
Lafayette Pozzoli
Leonardo Rabelo
Lívia Gagher Bósio Campello
Lucimeiry Galvão

Luiz Eduardo Gunther
Luisa Moura
Maria Lucia de Barros Rodrigues
Mara Darcanchy
Massako Shirai
Mateus Eduardo Nunes Bertoncini
Nilson Araújo de Souza
Norma Padilha
Paulo Ricardo Opuszka
Roberto Genofre
Salim Reis
Silvana V Croope
Valesca Raizer Borges Moschen
Vanessa Caporlingua
Viviane Coêlho de Séllos-Knoerr
Vladmir Silveira
Wagner Ginotti
Wagner Menezes
Willians Franklin Lira dos Santos

Equipe Editorial

Editora Responsável: Verônica Gottgroy
Diretora Responsável: Luciane de Araujo Pereira
Produção Editorial: Editora Clássica
Capa: Editora Clássica

DADOS INTERNACIONAIS DE CATALOGAÇÃO NA PUBLICAÇÃO (CIP - BRASIL)

D598

DIREITO, GESTÃO E DEMOCRACIA- ESTUDOS EM HOMENAGEM AO MINISTRO FELIX FISCHER. / Garcel, Adriane. Moro, Sergio Fernando. Guilherme, Gustavo Calixto. Giacoia, Gilberto. Séllos-Knoerr, Viviane Coêlho de. Souza Netto, José Laurindo de. Cambi, Eduardo. Martins, Humberto. Fogaça, Anderson. Nogueira, Ramon de Medeiros. (Et.al). – Curitiba: Editora Clássica. 2022.
11.893 KB. 1.092 p.

ISBN – 978-65-87965-43-7

1. Direito. 2. Gestão. 3. Democracia. I. Garcel, Adriane. II. Moro, Sergio Fernando. III. Guilherme, Gustavo Calixto. IV. Giacoia, Gilberto. V. Séllos-Knoerr, Viviane Coêlho de. VI. Souza Netto, José Laurindo de. VII. Cambi, Eduardo. VIII. Martins, Humberto. IX. Fogaça, Anderson. X. Nogueira, Ramon de Medeiros. XI. Título.

CDD 341.27

CDU 342.7

1223051



MINISTRO HUMBERTO MARTINS
Presidente do Superior Tribunal de Justiça - STJ

Dá instrução ao sábio, e ele se fará mais sábio; ensina o justo, e ele crescerá em prudência.

(Provérbios 9:9)

É com imensa satisfação que, atendendo ao convite do Desembargador José Laurindo de Souza Netto, Presidente do Tribunal de Justiça do Estado do Paraná e também do Conselho de Presidentes dos Tribunais de Justiça do Brasil, apresento esta obra contendo artigos escritos por notáveis juristas que se dedicaram aos temas relacionados a “DIREITO, GESTÃO E DEMOCRACIA”, estudos em homenagem ao Ministro Felix Fischer, decano do Superior Tribunal de Justiça.

Organizada em parceria com o Tribunal de Justiça e o Ministério Público do Paraná, esta coletânea traz 70 artigos científicos de autoria de magistrados, promotores, advogados, membros da Academia Paranaense de Letras, além de renomados professores e juristas, e aborda temas relevantes que refletem diretamente na eficiência e na efetividade da prestação jurisdicional.

Trata-se de leitura indispensável, em que são demonstradas a evolução dos assuntos cotidianos do Sistema de Justiça brasileiro e a vivência prática das necessidades corriqueiras, fruto do trabalho de autores que conseguiram reunir a precisão e a profundidade dogmática que caracterizam as grandes obras jurídicas.

Hoje, podemos afirmar que o Poder Judiciário brasileiro possui um verdadeiro microsistema, sistemático e moderno, de justiça digital, de novas políticas públicas e de gestão descentralizada, o que possibilita avanços significativos em prol de maior inclusão social e de integração, garantindo indistinta prestação jurisdicional.

Destaco que o homenageado desta coletânea, Ministro Felix Fischer, é uma referência doutrinária em Direito Penal. Relatou casos de grande repercussão nacional e foi o único componente da história do Tribunal da Cidadania a completar, no ano de 2021, 25 anos de atuação na Corte Superior.

A sua trajetória profissional é um marco para toda a Justiça brasileira: exerceu diversas funções no Ministério Público do Paraná; atuou como professor em instituições de ensino superior, na Escola da Magistratura do Paraná e na Escola do Ministério Público do Paraná, quando, por várias vezes foi homenageado sendo “nome de turma”

Paralelamente às funções desempenhadas no STJ, Fischer atuou como ministro do Tribunal Superior Eleitoral (TSE) e Corregedor-Geral Eleitoral, dirigiu a Escola Nacional de Formação e Aperfeiçoamento de Magistrados (Enfam) e foi também diretor da Revista do STJ e presidente da Comissão de Jurisprudência.

Durante a sua gestão à frente da Presidência do STJ, elegeu a informatização um de seus principais objetivos e adotou medidas importantes para a consolidação do avanço representado pela digitalização processual, como a obrigatoriedade do peticionamento eletrônico e a implantação do Modelo Nacional de Interoperabilidade (MNI), estabelecendo padrões para o intercâmbio de informações de processos judiciais e similares entre os administradores da Justiça, firmando acordo de integração eletrônica de processos, comunicações e documentos com a Procuradoria-Geral da República.

Merecida a homenagem proposta a esse admirado ministro, cuja atuação sempre foi firme e marcante.

Discutir temas tão complexos, de forma tão aprofundada, clara e qualificada, torna-se mais fácil e eficiente quando há autores do nível desta coletânea. Por isso, acredito nesta imprescindível obra, que se destaca não apenas pela qualidade, como também pela atualidade.

Parablenzo os autores pela brilhante iniciativa, na certeza de que esta obra já nasce com a grande vocação de se tornar uma formidável contribuição ao Sistema de Justiça brasileiro e ao exercício da cidadania!

Boa leitura a todos!

MINISTRO HUMBERTO MARTINS¹

Presidente do Superior Tribunal de Justiça - STJ

¹ Humberto Martins formou-se em direito pela Universidade Federal de Alagoas (UFAL) em 1979, e em administração pelo Centro de Estudos Superiores de Maceió (CESMAC) em 1980. Foi promotor de Justiça adjunto do Ministério Público do Estado de Alagoas, de 1979 a 1982, e atuou como advogado de 1979 a 2002, desempenhando, entre outras funções, a de procurador do Estado de Alagoas (1982-2002), conselheiro da Advocacia-Geral do Estado de Alagoas (1993-1995), membro do Conselho Administrativo da Companhia de Abastecimento e Saneamento de Água de Alagoas (1995-1998). Na seção alagoana da Ordem dos Advogados do Brasil (OAB), exerceu as funções de conselheiro (1991-1995), vice-presidente (1995-1998) e presidente (1998-2002). Lecionou na Universidade Federal de Alagoas de 1992 a 2006. Em 2002, ingressou na magistratura através do quinto constitucional, ao ser nomeado como desembargador do Tribunal de Justiça do Estado de Alagoas pelo governador Ronaldo Lessa, em vaga destinada a advogado.